BASTA DE ABUSO DE PODER, CINISMO E CORPORATIVISMO DOS AGENTES DO ESTADO DE EXCEÇÃO CONTRA A UFSC!

Em Defesa da Autonomia Universitária e da Liberdade de Expressão!

Mais uma vez como parte da cultura de cunho autoritário fascista, ancorada nas medidas de Estado de Exceção da “República de Curitiba”, em total desrespeito à Autonomia Universitária da UFSC - que deve ser preservada como espaço de apoio e promoção do pensamento plural, crítico-reflexivo e alternativo - setores do judiciário, PF e MPF, voltam a agir, como no processo do Bosque, em 2014, de forma policiaesca e intimidatória, sem qualquer justificativa, com medidas de abuso de poder empregadas novamente em defesa de demanda privada de uma delegada da PF.

Desta vez, romperam todo senso comum de sensatez e uso correto da função pública, ao na última sexta-feira, 24 de agosto, anunciarem sua mais recente façanha: o envio de denúncia ao Judiciário Federal, contra o atual reitor, professor Ubaldo César Balthazar, e o professor Áureo Mafra de Moraes, chefe de gabinete, por suposta ofensa à honra da delegada Érika Marena, que comandou a espetaculosa operação.

O procurador da República, Sr. Marco Aurélio Dutra Aydos, do Ministério Público Federal (MPF) em Santa Catarina ao pedir “detenção de 40 dias a 8 meses e uma indenização de R\$ 15 mil por danos morais” extrapolou sua função ao apresentar denúncia e fazer um pré-julgamento, de cerceamento da Liberdade de Expressão, como denuncia a OAB, bem como a reação pública na mídia independente e comercial, que endossam ser atos de cinismo e de estado de exceção. Uma “ação do procurador que é sem substância, abusiva, corporativista e demonstra desumanidade com o sentimento de dor da comunidade universitária pela perda do reitor”, como denuncia o jurista Eugênio Aragão.

Lamentamos que estes agentes públicos de Estado que estiveram à frente da famigerada “Operação Ouvidos Moucos”, cujos atos eivados de abuso de autoridade resultaram na trágica morte do professor Cancellier, mesmo após terem produzido um “relatório pífio”, como qualificado pela imprensa nacional - que não sustentam as acusações graves e as medidas de exceção, injúria e cerceamento da liberdade e ampla defesa contra Cancellier - mesmo assim, prosseguiram sua sanha no primeiro semestre de 2018, com o indiciamento de uma jornalista e um arquiteto urbanista, membros do Coletivo Floripa Contra o Estado de Exceção e agora este envio de denúncia ao Judiciário Federal, contra Ubaldo e Áureo, que configuram ataque aos princípios constitucionais da autonomia universitária (Art. 207 da Constituição Federal) e da liberdade de expressão (Art. 5º, inciso IX). Um ataque à comunidade universitária e a todos e todas brasileiros que defendem a democracia no país.

Diante do exposto, as entidades infra-assinadas, dirigentes, lideranças de movimentos sociais e personalidades registram sua irrestrita solidariedade aos professores Ubaldo Balthazar (reitor da UFSC) e Áureo Moraes, ao tempo em que repudiam mais esse ato de Abuso de Poder, considerando a necessidade da sociedade e da UFSC RESISTIR E REAGIR ao ataque dos agentes do Estado de Exceção, propomos que o Conselho Universitário adote, portanto, as devidas providências no sentido de demandar judicialmente, por crime de abuso de autoridade, contra todos os agentes públicos envolvidos na Operação Ouvidos Moucos, buscando uma reparação em favor da UFSC e das vítimas, contra o Estado e seus agentes públicos, nos termos colocados, na Sessão Solene fúnebre, dia 3 de outubro, pelo Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina, João Martins dos Passos Neto: “As informações disponíveis indicam que Cancellier padeceria sob o abuso de autoridade, seja em relação ao decreto de prisão temporária contra si expedido, seja em relação à imposição de afastamento do exercício do mandato,

causas eficientes do dano psicológico que o levaram a tirar a própria vida. **Por isso, respeitado o devido processo legal, é indispensável a apuração das responsabilidades civis, criminais e administrativas das autoridades policiais e judiciárias envolvidas**”.

Florianópolis (SC), 27 de agosto de 2018.

ASSINAM:

Coletivo Floripa contra o Estado de Exceção

Federação dos Trabalhadores no Comércio de SC (FECESC)

Associação Brasileira de Juristas pela Democracia

Central Única dos Trabalhadores (CUT/SC)

Intersindical da Classe Trabalhadora/SC

Iniciativa Comunista Brasileira

Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Santa Catarina (SINTE)

Partido dos Trabalhadores – Diretório Municipal de São José/SC

Comitê Lula Livre UFSC

Dilton Mota Rufino (Dirigente do SINTUFSC)

Lino Peres (Vereador PT – Florianópolis)

Pedro Uczai (Deputado Federal PT/SC)

Ana Paula Lima (Deputado Estadual PT/SC)

Lédio Rosa (Professor da UFSC e Desembargador Aposentado)